

Pais dão nota baixa para ensino municipal

Falta de professores é crônica e apenas parte da verba destinada ao setor foi mesmo aplicada

MARCELO VENTURA

São Paulo pode ficar com nota baixa e problemas de frequência anotados no boletim do ensino municipal. A falta de professores se tornou crônica e afetou praticamente toda a rede. Só parte da verba orçada para investimentos em educação foi realmente aplicada e a atual administração deve encerrar a gestão com 74 novas escolas entregues.

Segundo informações do Fórum Municipal de Educação, formado por pais de alunos, cerca de 20% do total de aulas não é dado du-

rante o ano letivo. Em várias escolas, crianças são dispensadas mais cedo por causa de horários vagos. "Faltam muitos professores, pelo menos 2 mil", afirma a presidente do fórum, Giulia Pierro.

O déficit de docentes pode ser ainda maior. Tanto o Sindicato dos Profissionais Envolvidos em Educação (Sinpeem) quanto os pais criticam a deficiência, com base em números de dezembro, quando havia cerca de 34 mil professores.

Segundo balanço feito em julho pela Secretaria Municipal de Educação, há na cidade exatos 30.497 profissionais, habilitados nas salas de aula, para ensinar os 809 mil alunos. "Então o quadro ainda é pior do que eu imaginava", diz o presidente do Sinpeem, Carlos Fonseca.

O problema do déficit começou quando a Prefeitura deixou de contratar professores concursados e passou a admiti-los provisoriamente, por seis meses renováveis. "Com a proposta de enxugar a máquina, a jornada do substituto também foi reduzida pela metade", observa Giulia.

As lacunas foram aumentando por causa do problema dos salários. "Houve grande achatamento", acrescenta Fonseca. Segundo ele, um professor sem nível universitário ganha R\$ 265,00 e com nível universitário, R\$ 325,00. "O professor opta por outra atividade para completar a

renda e deixa de ir à escola", diz. E faltam substitutos.

Dinheiro — A administração é obrigada, segundo a Constituição, a destinar 25% do que arrecada em educação. Em São Paulo, de acordo com o artigo 208 da Lei Orgânica do Município, o percentual é de 30% a ser aplicado em "manutenção e desenvolvimento do ensino".

Em 1995, o Tribunal de Contas do Município (TCM) entendeu que o índice não foi atingido. Do total de R\$ 1.041 bilhão destinado à educação, foram aplicados somente R\$ 865 milhões. Ficou de-

terminado que a Prefeitura deveria aplicar, neste ano, os R\$ 176 milhões do saldo. "Mas acho isso difícil de ocorrer", afirma o presidente da Comissão de Educação da Câmara, vereador Maurício Faria (PT).

O que foi pago com o dinheiro do ensino público também é discutível. Segundo Faria, estão computados na educação bibliotecas públicas e 50% das despesas com a Guarda Civil Metropolitana (GCM). O argumento da Prefeitura é que os guardas-civis fazem segurança nas escolas.

Em junho, a Câmara aprovou, por unanimidade, uma lei complementar para determinar quais seriam os gastos com educação. O prefeito Paulo Maluf a vetou, sob alegação de que não poderia excluir da verba da educação os gas-

tos com a GCM e a saúde dos funcionários.

Abaixo do previsto — Os investimentos em toda a gestão também não atingiram os valores orçados. Conforme um relatório da Prefeitura encaminhado à Comissão de Finanças da Câmara, eles ficaram abaixo do previsto. Se somados os quatro anos, o orçamento previa R\$ 3,1 bilhões na área. Até maio, porém, foram executados 1,8 bilhão.

De acordo com dados da Secretaria de Educação, foram entregues até agora 43 novas escolas. O pior ano foi o passado: só 6 novos estabelecimentos (3 deles construídos em convênio com o Estado). Segundo a Assessoria de Imprensa da secretaria, deverão ser entregues até dezembro 31 das 36 unidades que estão em obras.

SALÁRIOS BAIXOS COMPLICAM SITUAÇÃO